

QUEM SÃO OS AMERICANOS?

O IMPULSO NEONATIVISTA DE SAMUEL HUNTINGTON

Teresa Botelho

Há mais de duzentos anos, um ex-soldado francês, que depois da derrota do seu país contra os ingleses se tinha fixado em Nova York, reflectia sobre a natureza da identidade do novo país, lançando a pergunta «quem é então o americano, este novo homem?»¹ e oferecia como resposta uma celebração das potencialidades transformadoras da ordem económica e social da nação recém-criada. O «novo homem», afixava J. Hector de Crèvecoeur é alguém que substituiu os seus preconceitos antigos por outros, que derivam do «novo modo de vida que abraçou, do novo governo a que obedece, e do novo estatuto que adquiriu». O motor do processo de criação da nova identidade que descreve, não é uma ideologia, religião, língua, ou cultura, mas a oportunidade de progresso individual: «Aqui a recompensa do seu trabalho decorre naturalmente do progresso do seu trabalho» e «mulheres e filhos que antes lhe pediam em vão um pedaço de pão, agora, roliços e brincalhões, ajudam de boa vontade o seu pai a limpar os campos» e a produzir riqueza «sem que nenhuma parte seja exigida por um príncipe déspota, um abade rico ou um senhor poderoso». Crèvecoeur aponta o progresso material como criador de civismo democrático, libertando o novo americano do «mecanismo de subordinação, e servilismo de disposição que a pobreza lhe ensinou».

Esta visão minimalista de uma identidade americana consolidada pelo auto-interesse e mantida coesa pelas instituições, aberta a todos, começou a ser questionada no início do século XIX por nativistas, defensores de critérios restritivos de acesso à nacionalidade que pretendiam excluir grupos imigrantes considerados culturalmente incompatíveis com o *ethos* nacional – primeiro os irlandeses, depois os chineses, os japoneses, os italianos, os judeus da Europa Central.

Samuel Huntington no seu último livro, *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*, revisita o argumento nativista, dirigindo-o agora contra os imigrantes hispânicos e a sua aparentemente irreduzível alteridade.

As suas premissas baseiam-se numa leitura particular dos factores de construção da identidade americana que, na ausência de factores de uniformidade como ancestralidade ou religião comuns, é definida em termos de *ethos* social. O credo americano que, para

Huntington, tem a marca original da fundação anglo-protestante, é definido em termos de um conjunto de variáveis que lhe dão forma – uma língua predominante (o inglês), uma sensibilidade religiosa (o cristianismo nas suas diversas variantes), o primado da lei de origem inglesa, com a sua ênfase na responsabilidade dos governantes e nos direitos individuais dos cidadãos, a ética de trabalho e uma crença optimista na perfectibilidade do indivíduo e da sociedade.

Huntington, como pensador sofisticado que é, não equaciona estes valores anglo-protestantes com grupos específicos, e não questiona que anteriores vagas de imigrantes de perfis religiosos ou culturais diversos tenham feito seu o credo americano. No entanto, a natureza da presente imigração hispânica torna-a, a seu ver, qualitativamente diferente das vagas de imigrantes anteriores por um conjunto de razões: em primeiro lugar, ocorre num período em que o credo americano dá mostras de significativa perda de poder operativo, devido ao que descreve como assaltos às suas premissas pelas sensibilidades multiculturais, à saliência das identidades de grupo e às diásporas transnacionais, que afectaram em particular as percepções das elites económicas e culturais que se revêem em padrões de cosmopolitismo.

Em segundo lugar, as características demográficas e geográficas da nova imigração hispânica tornam-na distinta, já que, enquanto vagas anteriores (nomeadamente as que, entre o fim da Guerra Civil e o início da I Guerra Mundial, trouxeram à América mais de 27 milhões de imigrantes) se caracterizaram pela diversidade de origem geográfica e nacional, a presente vaga tem origem maioritária num único país, o México, com uma fronteira contígua e extremamente porosa com os Estados Unidos; esta proveniência confere-lhe uniformidade linguística e cultural e contínua intimidade com o país de origem. Por outro lado, esta comunidade apresenta um alto padrão de natalidade, sendo previsível que constitua 25 por cento da população dos Estados Unidos em 2050.

A este conjunto de factores, agravado pela concentração geográfica de hispânicos em certas zonas do país – não só Miami e a Califórnia, mas também o Sudoeste dos Estados Unidos – e por uma história de conflito territorial (parte do território dos Estados Unidos foi conquistada ao México), Huntington, citando fontes informais mexicanas e hispânicas, acrescenta sugestões altamente subjectivas e questionáveis sobre as diferenças culturais que tornariam os novos imigrantes pouco adaptáveis ao credo americano – a sua pretensa falta de ética de trabalho e de espírito de iniciativa, a sua incapacidade de planear para o futuro, a sua aceitação tácita da pobreza, o seu desprezo pela educação.

A NOVA IDENTIDADE AMERICANA

As conclusões que Huntington extrai desta amálgama de dados objectivos e subjectivos são altamente especulativas e, surpreendentemente para um realista que nos habituou a um pensamento rigoroso, parecem motivadas por paixão ideológica, que ele mesmo admite ao declarar que *Who Are We?* é modelado pela sua identidade de patriota e académico. No seu papel assumido de defensor do primado da influência da cultura anglo-

-protestante e do credo fundacional dos Estados Unidos, Huntington avisa que a unidade cultural e política do país está em perigo, porque a grande minoria hispânica é demasiado diferente e autoconfiante para aceitar o percurso de americanização de outros grupos imigrantes anteriores. Muito ligada emocional e fisicamente ao país de origem, ancorada em enclaves onde não sente pressão nem para aprender inglês, nem para adoptar os valores pragmáticos americanos, esta imigração, a não ser travada, poderá transformar os Estados Unidos num Canadá, com o seu próprio Quebeque hispânico, ou numa Bélgica, com as suas complexas relações interlinguísticas.

Os equívocos do argumento de Huntington decorrem da sua leitura da história da imigração e construção de identidade nos Estados Unidos, da sua utilização dos medidores do comportamento da comunidade hispânica, e de uma desconcertante falta de confiança na adaptabilidade e atractividade do credo americano e do mundo pragmático que construiu.

A leitura que Huntington faz da americanização de vagas anteriores de imigrantes é apresentada em termos de um movimento sem reciprocidade, em que o recém-chegado aceita, voluntária ou involuntariamente, os termos de um pacto previamente estabelecido, que não tem vontade ou capacidade de modelar. No entanto, a experiência dos grupos imigrantes, amplamente documentada na sua memória colectiva por memórias, literatura e expressão artística, é de negociação dos termos desse pacto, ao longo de várias gerações. Por outro lado, os seus concidadãos não são impermeáveis ao enriquecimento cultural que os imigrantes trazem ao todo nacional. Huntington menospreza a negociação entre grupos étnicos, em que o resultado final é mais rico do que as partes. Basta imaginar o cinema americano ou o mundo da ciência e das artes do século XX sem os imigrantes judeus do século XIX, para prever o impacto que os novos americanos de origem hispânica (e asiática) virão a ter na cultura americana do século XXI.

A construção da identidade americana é, e sempre foi, um processo em que grupos sobre os quais se faziam as mesmas especulações que Huntington agora tece sobre os hispânicos, se tornaram, em duas ou três gerações, partes tão integrais do tecido nacional que não é possível imaginar os Estados Unidos sem eles. O exemplo dos irlandeses, que começam a chegar em números avassaladores a partir de 1830, pobres, pouco educados e católicos, acusados de lealdade dupla, de falta de autonomia cívica, de falta de ética de trabalho e de muito mais, ilumina esta discussão. Vilipendiados pelos nativistas do século XIX, seriam já considerados não problemáticos no início do século XX, incluídos no que o congressista Martin Dies, um notório racista, descreveria como a «velha imigração caucasiana», em contraste com a nova imigração da Europa Central e do Sul, então considerada incompatível com o modelo americano.

NO SEU PAPEL ASSUMIDO DE DEFENSOR DO PRIMADO DA INFLUÊNCIA DA CULTURA ANGLO-PROTESTANTE E DO CREDO FUNDACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS, HUNTINGTON AVISA QUE A UNIDADE CULTURAL E POLÍTICA DO PAÍS ESTÁ EM PERIGO.

Por outro lado, Huntington ignora, ou lê de forma muito peculiar, dados importantes sobre o comportamento dos hispano-americanos. Alan Wolfe² chama a atenção para o número de baixas hispânica nas Forças Armadas no Iraque, em que a percentagem ronda os 12 por cento, correspondente ao seu peso actual na população dos Estados Unidos, apontando que arriscar a vida para defender os interesses de um novo país é a mais alta marca de lealdade que um imigrante pode dar.

Um outro sinal de integração que Huntington interpreta idiossincraticamente é o índice de casamentos interétnicos que rondam, de acordo com a mais recente estatística que oferece, de 1998, 28 por cento do total. Este factor, normalmente considerado como sintomático de um processo avançado de integração, é descrito como tendo o efeito oposto, em que o membro não hispânico do casal e os filhos se identificam como hispânicos, uma conclusão retirada de um único estudo e que não tem em conta a curta história da imigração que descreve.

Mas o factor mais inesperado das reflexões de Huntington é a falta de confiança que parece ter no credo americano, que por vezes define como um conjunto de traços culturais, e não como um agregado de ideias sobre o que os Estados Unidos devem ser, combinado com um conjunto de expectativas sobre o funcionamento social reflectido da vida quotidiana. Este credo tem sido apropriado por gerações de imigrantes de todas as etnias e religiões, e a noção de que a sua fraqueza é tal que pode ser ferido de morte por uma comunidade ainda em processo de negociação identitária, não parece nem lógico nem operativo.

Que os Estados Unidos enfrentam um problema grave de imigração ilegal vinda dos vizinhos do Sul é irrefutável. Que Huntington tenha usado a sua monumental capacidade intelectual para invectivar os seus novos concidadãos, ao invés de propor, desapaixadamente, soluções pragmáticas para o atenuar, é lamentável. 

NOTAS

¹ Apud GJERDE, Jon (ed.) - *Major Problems in American Immigration and Ethnic History*. Boston: Houghton Mifflin, 1998, p. 76 (tradução minha).

² WOLFE, Alan - «Native son: Samuel Huntington defends the homeland». In *Foreign Affairs*. Vol. 83, N.º 3. Maio-Junho de 2004, pp. 120-125.